

Aprovada venda de royalties

Os textos deverão ser sancionados amanhã. A venda vai garantir recursos para pagar salários atrasados dos servidores

Assembléia Legislativa aprovou na noite de ontem os dois projetos de lei enviados pelo governo do Estado necessários para concluir as negociações de royalties de petróleo com a União. O primeiro trata da autorização para a venda e o segundo faz alterações no fundo de aposentadoria.

O primeiro projeto – que autoriza o governo estadual a vender os royalties de produção de petróleo do período de 2004 a 2010 para o governo federal – foi aprovado com 27 votos, a unanimidade dos deputados presentes (estavam ausentes os deputados Reginaldo Almeida e Robson Vaillant e o presidente da Casa, deputado Claudio Vereza só vota em caso de empate).

Já o segundo documento em votação, aprovado com 26 votos a favor e um contra (Euclério Sampaio), tratava do fundo de previdência dos aposentados e teve duas emendas apresentadas pelos deputados Edson Vargas e José Ramos. Na emenda de Vargas, a correção foi apenas de redação.

“As emendas resultaram de um acordo realizado entre o governo do Estado, deputados e servidores públicos. A emenda do deputado José Ramos altera a redação e também o artigo sétimo, mantendo o caput do artigo 10º e seu terceiro parágrafo. Já os demais incisos e parágrafos e os artigos 36 e 71 da Lei Complementar 109 foram revogados conforme a proposta encaminhada pelo Estado”, explicou o líder do governo na

Assembléia, César Colnago.

Colnago disse ainda que acredita que os documentos deverão estar sancionados amanhã. De acordo com o secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, a aprovação do projeto foi essencial ao Estado.

“Com a aprovação, o governo vai trabalhar o contrato dos royalties para pagar os servidores. O Estado estará mantendo o cronograma de pagamento dos salários atrasados para os meses de julho e novembro”, disse Dias.

Na avaliação dos servidores, o resultado da votação não traz prejuízo.

“Não houve vencido nem vencedores. Esperávamos melhorar a proposta do fundo de previdência mas não fomos atendidos plenamente. De qualquer forma, soluciona em parte o problema dos salários permanecendo ainda a questão do mês de dezembro (de 2002) que só será pago em novembro”, disse o presidente do Sindipúblicos, Haylson de Oliveira.

De acordo com os deputados, a reforma da Previdência por parte do governo federal vai “caducar” a Lei Complementar 109 e um novo documento deverá ser elaborado.

“É uma nova fase que se inicia no que se refere à aposentadoria do Estado. Estaremos capitalizando o fundo com R\$ 230 milhões, ao longo dos próximos 18 meses, como resultado da negociação de royalties realizada com o governo federal”, ressaltou o secretário de Estado da Fazenda, José Teófilo de Oliveira.



Zimmer disse que está fazendo um diagnóstico da atual situação da Codesa

Novo presidente da Codesa quer ampliar movimentação de cargas

Aumentar a movimentação de cargas na Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) é uma das metas do novo diretor-presidente, o engenheiro Henrique Germano Zimmer, que tomou posse ontem e está fazendo um diagnóstico da atual situação da companhia.

De acordo com ele, o movimento de cargas vem crescendo anualmente entre 5% e 7% nos portos – no ano passado foram movimentadas 6.059.639,107 toneladas –, mas o objetivo é aumentar ainda mais, criando condições para isso.

Zimmer explicou que com o

crescimento das cargas, consequentemente, irá aumentar a arrecadação dos impostos e também a geração de empregos.

Funcionário de carreira, Zimmer, que completa 33 anos de serviço na companhia no mês que vem, era coordenador comercial e de marketing da Codesa.

Junto com ele, também tomaram posse o administrador Danilo Marçal Queiroz para o cargo de diretor de Comercialização e Fiscalização e o economista Mauricio César Duque para diretor de Administração e Finanças.

Para o novo diretor-presidente, a contribuição dos empregados da Codesa será fundamental no atual momento. Zimmer afirmou que não será necessário fazer corte de pessoal, já que atualmente a companhia conta com um quadro enxuto de 260 funcionários. O treinamento está entre as prioridades da gestão do engenheiro.

Dentre os assuntos pendentes a serem resolvidos na companhia está o caso do navio Victory 8B, previsto para ser afundado no primeiro final de semana de julho na região de Três Ilhas, em Guarapari.

Impasse nas negociações

O impasse marcou ontem o clima de negociações entre representantes sindicais e secretários de Estado em razão do projeto do Executivo que prevê a capitalização do fundo de previdência dos servidores públicos.

A aprovação do projeto era uma das condições para a antecipação de cerca de R\$ 355 milhões por parte do governo federal referentes aos royalties do petróleo.

Do total, R\$ 125 milhões serão destinados à quitação de dívida fundada com a União e o restante, em torno de R\$ 230 milhões, caberão ao fundo de previdência. É do fundo que sairão os recursos para pagar os salários atrasados dos servidores.

Mesmo com as explicações dos secretários de Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias; da Fazenda, José Teófilo de Oliveira; e do vice-governador Lelo Coimbra, o representante da Intersindical, Francisco José Carlos, o Chiquinho, manteve-se irredutível diante da proposta do governo.

As negociações – que tiveram início pelo manhã e se estende-

ram durante toda a tarde – só foram finalizadas momentos antes da sessão extraordinária que votaria o projeto no Legislativo.

Para Chiquinho, ao vincular dívidas de pensões com salários de inativos no mesmo local, o governo estaria comprometendo a aposentadoria dos servidores. A presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), juíza Janete Simões, chegou a fazer coro as palavras do sindicalista.

Ela enumerou uma série de questionamentos e indagou os secretários da real situação do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM).

O secretário da Fazenda, José Teófilo de Oliveira, procurou tranquilizar os representantes sindicais. Segundo ele, o governo não vai acabar com o fundo, mas, ao contrário, vai capitalizá-lo.

Ele ressaltou que na lei está claro que o Tesouro Estadual honrará o compromisso com o fundo previdenciário a partir do rateio com os demais poderes.

Empresas de telefonia terão de cumprir metas de competição

BRASÍLIA - A partir de 2006, as concessionárias de telefonia fixa terão que cumprir metas de competição, além dos planos atuais de universalização e de qualidade.

A mudança foi incluída pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nos contratos de concessão que vão vigorar de 2006 a 2026.

Segundo Luiz Guilherme Schymura, presidente da Anatel, “não há conflito” entre os novos contratos e o decreto presidencial, divulgado na semana passada, que instituiu nova política de telecomunicações.

O Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) foi a alternativa da agência à idéia do ministro Miro Teixeira (Comunicações) de criar uma empresa fictícia com metas “ideais” para estimular concorrência no mer-

cado de telefonia fixa. O governo avalia que há monopólio no setor.

De acordo com a agência, o consumidor será compensado com tarifas mais baratas, mas tal efeito será indireto.

A maior parte das sugestões, feitas pela Associação Brasileira de Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp), vai beneficiar as empresas. Uma das propostas prevê a possibilidade de revenda de serviços.

Uma empresa poderia, por exemplo, comprar uma cesta de serviços da Telefônica e vendê-la para consumidores a preços mais acessíveis. Um dos problemas é que essas novas empresas não teriam as mesmas obrigações das concessionárias públicas.

Esse ponto já é questionado hoje pelas teles locais na briga

com operadoras de longa distância.

Grosso modo, esse mecanismo permite que uma empresa utilize a estrutura da outra – que cobra pelo uso. Outra sugestão para o PGMC é, justamente, estabelecer regras claras para tornar esse mecanismo mais competitivo.

As concessionárias, por sua vez, reclamam que a estrutura montada por elas só existe devido a vultosos investimentos feitos nos últimos anos – dinheiro este que não foi gasto pelas outras empresas – e que isso deveria ser levado em conta na negociação.

A Anatel também enterrou ontem a tentativa do governo federal de interferir nos novos contratos das concessionárias de telefonia que entram vigor em 2006 com duração de 20 anos.